

**A terra sem mal: construções de identidades a partir do mito da fraternidade
na cidade de Santa Fé/PR na década de 1950**

Joubert Paulo Teixeira*

Sandra C. A. Pelegrini**

Resumo: Há em nossa sociedade um crescente interesse em relação à diversidade cultural, bem como da necessidade de preservação dos patrimônios intangíveis, visto a importância destes no processo de construção de identidades. Pretendemos utilizar documentos fotográficos produzidos na década de 1950 na cidade de Santa Fé (noroeste do Estado do Paraná) para analisar os signos de memória dos primeiros moradores da cidade. Sendo a memória um fenômeno socialmente construído por meio de exclusões e seleções, buscamos analisar possíveis influências do “mito da fraternidade” construído entre os primeiros moradores da cidade. Vendo este mito como um dos elementos forjadores de identidades desse grupo, pretendemos entender como esta representação de uma terra na qual todos supostamente compunham uma grande família, corrobora para a construção identitária.

Palavras-chave: fotografia – identidade – memória

Abstract: It has in our society an increasing interest in relation to the cultural diversity, as well as of the necessity of preservation of the intangible patrimonies, seen the importance of these in the process of construction of identities. We intend to use photographic documents produced in the decade of 1950 in the Santa Fé city (the northwest of the State of the Paraná) to analyze the signs of memory of the first inhabitants of the city. Being the memory a phenomenon socially constructed by means of exclusions and elections, we search to analyze possible influences of the “myth of the fraternity”, constructed for the first inhabitants of the city. Seeing this myth as one of the construction elements of identities of this group, we intend to understand as this representation of a land in which all supposedly composed a great family, corroborates for the construction of identities.

Keywords: photograph – identity – memory

Em Santa Fé (cidade do noroeste paranaense) encontramos a fotografia como forma de propaganda desde o início da colonização (1948-1955). A incorporação de terras era mediada pela imobiliária Carezzato e França, que visava atrair compradores de lotes para a região, enfatizando determinados aspectos como a fertilidade do solo, segurança, união, progresso e religiosidade. Nessa direção, devemos destacar que as [representações](#) imagéticas

* Mestrando do PPH-UEM/Pr. Graduado em História pela UEM. Bolsista da Capes.

** Doutora em História Social pela USP e pós-doutoranda pelo NEE/UNICAMP, sob a tutela do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari. Docente do DHI-UEM/Pr.

produzidas pela referida imobiliária, responsável pela venda de terras na cidade de Santa Fé, contribuíram significativamente para a construção de novas identidades nessa localidade.

Nesses registros fotográficos a cidade de Santa Fé é, particularmente, tomada como espaço privilegiado do encontro do homem com a natureza e representada como um “novo lugar para se morar”. Podemos afirmar que a estratégia de vendas utilizada pela Imobiliária Carezzato e França, principalmente, aquela pautada na idéia de registrar flagrantes do desbravamento da área nos dois primeiros anos da colonização impressionou os investidores.

Aliás, como comentou Dulcilene Brambilla (Snt: 36) - uma das primeiras escritoras a sistematizar a história da cidade, bem como as matérias produzidas pelos jornais da época atestam que se deslocaram para Santa Fé “brasileiros de todos os rincões, paulistas, mineiros, paranaenses da gema, cearenses, baianos, pernambucanos, rio-grandenses do Norte e do Sul”. (JORNAL PULSANDO, 1977: 10).

Podemos questionar em que medida a propaganda da imobiliária surtiu efeito nos primeiros moradores da cidade, pois podemos ver em seus relatos representações sociais que exaltam a beleza da região naqueles tempos, uma visão quase idílica, e também fortes laços de união entre os moradores. Como por exemplo, o relato do senhor Paulo Antonio de Oliveira:

A casa que construí para mim, continha muitos quartos, de modo que por muito tempo minha casa funcionou como hotel, nos rendendo um dinheirinho extra para o enxoval das meninas, mas eu só cobrava de quem pudesse pagar, eu nunca deixei ninguém dormir ao relento, fosse quem fosse. A beleza natural de Santa Fé naquela época era de uma beleza que dava gosto, durante muito tempo nós comemos do palmito nativo de nossa terra. (MACEDO, Snt.)

Os primeiros moradores colocam a Santa Fé dos primeiros anos como um lugar seguro, onde não havia violência, onde todos eram como uma grande família, como diz a senhora Lazineira Brambilla:

Praticamente não havia necessidade de policiamento em nossa cidade naquela época, não era como hoje que a maioria das pessoas vivem se pegando pelo mínimo motivo, naquela época não, éramos de todos os lugares do Brasil, e a gente procurava não criar conflitos entre a gente, aprendemos a nos respeitar uns aos outros. (MACEDO, Snt.)

Esse testemunho opõe simbolicamente o tempo atual, de individualismo, e o tempo passado, de segurança e união, manifestando um certo saudosismo. É certo, como relatado em outros documentos, que houve conflitos, mas parece que isso não prejudicou, no nível simbólico, a construção de uma imagem de bravura, honestidade e união dos primeiros moradores, suportando privações para construir um novo lugar para morar.

Nesse sentido podemos reter certos elementos ao analisar a fotografia que se segue, constante no acervo pessoal do senhor José Duarte, com a finalidade de registro pessoal. Apresenta medidas de 9x6 cm, com margem de 0,4 cm, cromia preto e branco, com conteúdo e suporte em estado regular; apresentando leve desfoque e algumas rasuras. Foi tirada no sítio do senhor Francisco Lalli em 1960. Segundo o senhor José Duarte, no mês de maio/junho se colhia o chamado feijão da seca, ocasião em que foi tirada a fotografia, com toda a família e amigos reunidos. O caminhão também era de Francisco Lalli. O senhor José Duarte arrendava terras para plantar, trabalhava também para o senhor Francisco, assim como várias pessoas presentes na fotografia.



A fotografia retrata um caminhão parado com várias pessoas em volta. Pode-se ver uma edificação e árvores ao fundo do caminhão. Há um homem na cabine do caminhão. Há duas crianças sobre o capô do caminhão, com uma mulher encostada na lateral; há ainda três mulheres à frente da mulher encostada, porém a da esquerda está parcialmente fora do enquadramento da fotografia. Entre a porta da cabine e a carroceria do caminhão há três homens em pé; o da direita, vestido com um blazer preto, segura um tecido em sua mão direita. No lado direito da fotografia há uma senhora idosa, com uma criança à sua frente; há ainda um homem parcialmente fora do enquadramento da fotografia. Sentados na lateral da carroceria do caminhão há dois homens, o da direita está segurando algo em suas mãos. Dentro da carroceria do caminhão há um homem e uma criança, provavelmente sentados ou ajoelhados, pois só está à vista a parte superior de seu corpo. Há dois homens em pé na carroceria do caminhão, segurando crianças em seus braços, o da direita segura duas e o da esquerda uma. Há uma criança em pé na carroceria do caminhão, ao lado esquerdo dos homens. Há vários arbustos à frente das pessoas que estão no chão.

Certos elementos chamam a atenção na fotografia. As crianças e os homens de chapéu, os homens segurando crianças em seus braços – ressaltando o valor da família –, o homem na cabine do caminhão com o braço para fora, mostrando um relógio, os homens com as camisas por dentro da calça, as mulheres trajando vestidos, além do homem trajando um blazer preto. Ou seja, todos, ou pelo menos a maioria, trajam roupas que não são roupas do cotidiano de trabalho, mas roupas escolhidas especialmente para a ocasião da fotografia. Isso leva-nos a concluir que as pessoas bem trajadas e a mostra do caminhão implicam em representações das riquezas ou dos bens materiais adquiridos. Além dos valores familiares, dos costumes, essa alegria também é permeada pelo êxito do trabalho de colheita e da sua rentabilidade.

Faz sentido assim a fotografia, e o motivo de ser guardada. O final da colheita era ocasião em que se festejava, se reunia a família e amigos para comemorar os resultados da colheita e reforçar sua união. Logo, sendo um momento importante, era necessário eternizar; a fotografia surge assim como um documento para manter viva a memória, para garantir a coesão do grupo, manter valores em comum, além de comunicar a futuros o seu próprio modo de vida. Ganha força também as representações sobre a cidade e a própria sociedade santafeense.

Observamos, indícios de uma identidade construída a partir do diferente, que adquire similaridades à medida que se desenvolve a convivência e criação de representações comuns a todo o grupo social. Em outro relato, do senhor Manuel Esteves, percebemos o mesmo tipo de enfoque:

Foi a época mais feliz da minha vida, quando havia festa de casamento na cidade todo mundo era convidado.[...] As pessoas eram bastante servideiras, ninguém negava favores a ninguém. (MACEDO, Snt.)

Nunca é demais lembrar que a memória é construída socialmente e “pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história ‘social’” (PORTELLI, 2001: 127). Mas como bem o lembra Alessandro Portelli, essa memória é materializada nas reminiscências dos indivíduos, tornando-se “memória coletiva” quando abstraída ou separada do sujeito através de ideologias, linguagens ou supostos sentidos comuns. Dessa maneira, a própria memória se define como um campo de enfrentamentos e lutas sociais.

Um tópico interessante sobre o processo seletivo efetuado pela memória é o levantado pelo senhor Paulo Antonio de Oliveira da cidade de Santa Fé (MACEDO, Snt.). Ele rechaça a monumentalização da figura pioneira; para ele não é o bastante ser considerado

somente pioneiro. Em sua fala percebe-se ressentimento de não ser lembrado pela população atual como ele crê que deveria. Segundo ele as figuras que mais lutaram pelo município em sua formação são as mais esquecidas pela memória. Assim ele cita que a figura considerada como ícone do município na verdade utilizou para fins próprios o dinheiro angariado pela população na década de 1950 para custear uma viagem a Curitiba, para pleitear a elevação da cidade à condição de município. Segundo o referido senhor, ao saber que Santa Fé já havia sido elevada a município esta figura não só não foi a Curitiba como também gastou o dinheiro em benefício próprio.

Cabe-nos indagar então qual a relação entre a memória, enquanto patrimônio cultural, e a história? Se considerarmos, como concluiu Pierre Nora que a “memória está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993: 09) podemos afirmar que o patrimônio cultural também é socialmente construído e materializa uma dada memória que se deseja preservar. Nessa linha de argumentação, tanto as memórias quanto os bens culturais podem ser condenados à obscuridade ou predispostos as inesperadas revitalizações, de acordo com os interesses sociais em jogo. (PELEGRINI, 2007: prelo)

De qualquer forma, enquanto a “memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” e a história institui “uma representação do passado” (NORA, 1993: 09), o patrimônio cultural reconhecido como tal consolida parte da memória e da história de grupos, etnias e comunidades (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Sob essa ótica, cabe-nos salientar que a preservação da memória materializada nos bens culturais tangíveis e intangíveis está relacionada à constituição das identidades individuais e grupais regidas por critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade do sujeito em relação a si próprio e aos seus pares (POLLACK, 1992).

Ademais, como salienta Michael Pollack:

a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLACK, 1989: 09).

Em nossa sociedade atual, que desenraiza e busca uniformizar os comportamentos, a construção de “lugares de memória” por parte de diversos grupos surgem mediante a vontade do auto-reconhecimento ou da retomada de elos de pertencimento à determinados logradouros. Talvez, como pressupõe Nora, nossa percepção do passado nos induz à “apropriação” daquilo que sabemos não mais nos pertencer. (NORA, 1993: 15).

Dessa forma, cabe-nos lembrar que a fotografia pode ser tomada como um documento privilegiado na materialização da memória, requerendo, uma análise diferenciada. Seus usos e funções exercem um fascínio sobre os agentes históricos que constroem formas de representação postas em circulação. Como apontam Andrade e Cardoso (1997: 406), para compreendermos o que não foi imediatamente revelado pela fotografia necessitamos inseri-la no panorama cultural no qual foi produzida e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo do seu produtor.

Partindo de tal premissa, com vistas a analisar tanto a construção de representações da memória na fotografia, quanto a importância de lugares não mais existentes e que contribuíram na construção de identidades, devemos voltar nossa atenção para registros fotográficos que abordam a coletividade; espaços públicos de construção de representações em comum.¹

É certo que devemos dar crédito a assertivas como a de Stuart Hall (2005) de que atualmente a identidade, conceito extremamente complexo, esteja se fragmentando no interior do próprio indivíduo, se tornando dinâmica e transitória. Todavia devemos atentar que apesar de estar em constante reflexão, a identidade proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo ou lugar, estando ambos em continuidade. Assim, devemos atentar para o fato desta identidade se originar de vivências e experiências individuais e coletivas, dando a devida importância aos espaços públicos. Também poderemos reter certos elementos a partir da seguinte fotografia:



A fotografia acima consta do acervo pessoal do senhor Eloy Rodrigues dos Santos, tendo sido tirada por motivo de registro pessoal das suas atividades e de eventos da cidade. Possui 8,9x6,6 centímetros de medidas, cromia preto e branco, estando o suporte em bom

¹ Neste sentido, é interessante atentar para trabalhos como o de PELEGRINI, Sandra C. A. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. Em: PELEGRINI, Sandra C. A e ZANIRATO, Silvia H. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: EDUEM, 2005.

estado; todavia o conteúdo imagético é regular, possuindo leve desfoque. A fotografia foi tirada em 11 de novembro de 1956.

O positivo retrata uma multidão reunida em um espaço aberto. Estão todos de costas para o fotógrafo, olhando para um palco improvisado em um caminhão, com pessoas em cima da carroceria. Atrás do caminhão há uma torre, com uma bandeira e um cartaz afixado em sua estrutura. Ao lado da torre há postes. Ao fundo há árvores e à direita, várias edificações e árvores. Algumas pessoas estão com sombrinhas, outras estão com bicicletas e, no canto inferior esquerdo, um homem está montado em um cavalo.

No suporte aparecem escritas informações sobre a fotografia: “Comício pro Salvador de Domenico – Prefeitura Santa Fé – 11 Nov. 56”. Ao centro há a indicação de que a torre trata-se do alto-falante do senhor Eloy Rodrigues: “a.falante (Eloy)”. Na parte inferior: “Av. Paraná – frente largo Igreja”.

O senhor Eloy chegou em Santa Fé em 1955, proveniente de Laguna (Sc). Trabalhou na primeira campanha para prefeito, ao lado de Salvador de Domênico Sobrinho, o qual foi eleito. Trabalhou em cartório em 1956; na prefeitura, como secretário na gestão do primeiro prefeito. Até 1964, em suas horas de almoço, e à tarde, trabalhava em um sistema de alto-falante de sua propriedade, registrado na fotografia.

O alto-falante surge como um elemento agregador na nascente cidade, no qual são relatadas notícias da região, além de levar entretenimento para os cidadãos por meio de músicas. O alto-falante também engaja as pessoas, formando opinião em prol de algum objetivo, haja vista a eficácia na campanha para prefeito de 1956. Surge também como um elemento regulador do cotidiano dessas pessoas, pois seu regular funcionamento em determinados horários funciona na vida dessas pessoas como um relógio. Relatos da época mostram a importância do alto-falante tanto como entretenimento nas horas de folga e final do dia de trabalho, quanto como elemento regulador dos horários das pessoas da época. Além do que, seu posicionamento na praça central da Igreja, torna um local de sociabilidade, de encontro das pessoas dessa cidade.

É necessário admitir que a cidade, estando em transformação constante, modifica sua paisagem, destruindo e construindo diversos espaços. Assim, lugares como o registrado na fotografia, deixam de existir em favor do surgimento de outros, assim como a função que exerce. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a fotografia lembra que o tempo passou, quando a olhamos depois de muito tempo, ela também propicia uma viagem a este tempo ido. Por meio dela descongelamos dado momento de nossa vida e os contamos aos mais próximos. “Acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstâncias que advêm de cada foto, o

retratado ou o retratista têm sempre, na imagem única ou no conjunto das imagens colecionadas, o *start* da lembrança”. (KOSSOY, 2002: 138).

Mesmo em uma sociedade visual como a nossa, temos o desejo cada vez mais frenético de conservar os traços de memória presentes na fotografia. É justamente a consciência de um tempo fugaz que nos leva a registrar incessantemente nossos momentos e os guardá-los como se fossem relicários. É um desejo de atrasar o inevitável, iludir o tempo, que nos faz construir uma representação imagética de nós mesmos que busca a eternidade. É nesse ponto que a fotografia torna-se também um *lugar de memória*.

Referências bibliográficas

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.
- BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história*. (mimeografado).
- CARDOSO, Ciro F. e ANDRADE, Ana Maria Mauad. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro : Campus, 1997. p. 401-417.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GONÇALVES, José R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Iphan, 2002.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Em: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, jan/jun, 2005, vol. 11, nº 23.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2005.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996.
- JORNAL PULSANDO. Apucarana, Julho de 1977. Número especial
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- MACEDO, Sérgio. *Alguns pontos da história de nossa terra*. (dissertação). Snt
- TEIXEIRA, Joubert Paulo e outros. Descrevendo fotografias. Em: MORELLI, Ailton José (Org.). *Introdução ao estudo de História*. Maringá (PR): EDUEM, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Em: *Projeto História*. nº 10, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. PELEGRINI, Sandra C. A e ZANIRATO, Silvia H. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: EDUEM, 2005.

_____. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória*. Assis:Unesp/CEDAP, 2007).

POLACK, Michael. Memória e identidade social. Em: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, v. 05, nº 10.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Em: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, v. 02, nº 03.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes , AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.